



3º TRIMESTRE 2021

Valores acumulados

PAO 2021-2023 aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.

Índice

Sumário Executivo	2
1. Atividade Operacional.....	3
1.1. Procura	3
1.2. Oferta	4
1.3. Receitas	4
2. Gestão Económica e Financeira	5
2.1. Análise de Balanço	5
2.2. Síntese de Resultados	8
2.3. Fluxos de Caixa	10
2.4. Modelo de Financiamento	11
2.5. <i>Stock</i> da Dívida	11
3. Cumprimento das Orientações Legais	12
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	12
3.2. Frota Automóvel	13
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	13
3.4. Evolução do Efetivo	14
3.5. Limites de Endividamento Bancário	14
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	14
4. Plano de Investimento	15
5. Análise dos principais desvios	17
6. Demonstrações Financeiras.....	18
6.1. Balanço.....	18
6.2. Demonstração de Resultados	19

Sumário Executivo

O presente relatório descreve a execução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2021, fazendo uma comparação detalhada com o orçamento (revisado em março) para o mesmo período, assim como com o período homólogo do ano anterior.

O PAO 2021 foi submetido em SIRIEF no mês de março, após reformulação, conforme análise da UTAM, tendo sido aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.

No global, verifica-se que o impacto das medidas de contenção da COVID-19, foi superior ao esperado na atividade do ML, com desvios significativos, quer a nível da procura, quer a nível da receita de venda de títulos ocasionais e passes.

Verificou-se um decréscimo na procura de -22,5% dos passageiros com título pago (-14,1 milhões de passageiros), comparativamente com o período homólogo, originando um decréscimo da receita tarifária (incluindo participações) em -34,6% (-19,7M€).

O resultado operacional reflete o decréscimo da receita, atingindo -25,3M€. Contudo, quando comparado com o período homólogo, o mesmo obtém uma variação favorável de 0,9 M€ (3,3%), essencialmente influenciado pelos resultados positivos do *MTM to MTM*.

Os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 8,9%, com menos 1,7 milhões de carruagens x km, decorrente das medidas de contenção da COVID-19, que estabeleceram períodos de confinamento obrigatório e limitações à circulação de pessoas, com impacto direto na utilização de transportes públicos, nomeadamente na redução da lotação.

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	48.674.697	62.841.297	44.218.806	-14.166.600	-22,5%	4.455.891	10,1%
Passageiros x km	257.101.654	335.703.116	239.893.900	-78.601.462	-23,4%	17.207.755	7,2%
Receitas totais (s/ IVA)	37.245.345 €	56.966.676 €	37.829.161 €	-19.721.331	-34,6%	-583.816	-1,5%
Receita média por passageiro	0,77 €	0,91 €	0,86 €	-0,14 €	-15,6%	-0,09	-10,6%

Fonte: DCL/DMS 020/1596602 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Para a análise da procura ao 3.º trimestre, importa salientar:

- No período em análise, o Governo deu continuidade à aplicação de medidas de mitigação do Covid-19, com recomendações de isolamento social e de confinamento divulgadas desde o início de março de 2020, avaliação quinzenal das mesmas e respetiva adaptação à evolução pandémica do País;
- A 01 de julho, Resolução do Conselho de Ministros n.º 86-A/2021, continuação da proibição da circulação de e para a Área Metropolitana de Lisboa (aplicando-se aos 18 municípios da AML) aos fins-de-semana, a partir das 15h00 de sexta-feira até às 06h00 de segunda-feira;
- A 29 de julho, o Conselho de Ministros, reviu as medidas de combate à pandemia, tendo sido decidido aplicar novas regras a todo o território continental, a partir de dia 1 de agosto. Com base nas previsões para a vacinação, o Governo definiu três fases para a reabertura do país:
 - 1ª Fase - a partir de 1 de agosto;
 - 2ª Fase (70% da população com vacinação completa) - prevista para 5 de setembro;
 - 3ª Fase (85% da população com vacinação completa) - prevista para outubro.
- A 23 de agosto, Portugal deixou de estar em situação de calamidade e passou à situação de contingência, o que permitiu liberar a limitação de lotação no transporte coletivo de passageiros;
- Reabertura da Estação Arroios a 14 de setembro, depois de ter encerrado a 19 de julho de 2017 para obras de expansão;
- Resolução do Conselho de Ministros, a 23 de setembro de 2021, que aprovou a declaração de situação de alerta em todo o território nacional continental, até às 23h59 de 31 de outubro de 2021.

As medidas de contenção da pandemia de covid-19, divulgadas a nível nacional, originaram impactos sem precedentes na procura sentidos, desde o dia 10 de março de 2020. As medidas sucessivas de confinamento conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa.

A redução do preço dos passes, iniciada a 1 de maio de 2019, tem conduzido a uma transferência de passageiros com títulos ocasionais para os novos títulos. A este efeito, juntaram-se no período em análise, as medidas descritas anteriormente, que conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa, com impacto direto no decréscimo da venda de Títulos Ocasionalis. Contudo, as quebras de receita tarifária foram generalizadas quando comparadas com o período homólogo, apesar de ligeiramente superiores nos Passes (-23,8%), face aos Títulos Ocasionalis (-16,4%), verificando-se uma inversão da tendência, que até ao trimestre anterior apresentava uma variação negativa superior nos Títulos Ocasionalis.

Apesar dos condicionalismos em termos de circulação de pessoas no decorrer do período em análise, verifica-se um desvio positivo de 10,1% nos dados de procura, nomeadamente de passageiros com título pago, face aos valores estimados no PAO 2021, perspetivando a inversão relativamente à evolução e recuperação gradual da procura do serviço de transporte público.

1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	17.671.883	19.408.182	21.338.923	-1.736.300	-8,9%	-3.667.040	-17,2%
Lugares x km	2.262.000.963	2.484.247.336	2.731.382.144	-222.246.373	-8,9%	-469.381.181	-17,2%
Comboios x km	3.660.292	3.654.971	3.880.656	5.321	0,1%	-220.364	-5,7%

Fonte: DOP/DMS 020/1596602 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Decorrente da situação conjuntural, conforme descrito anteriormente, os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 8,9% e um desvio face ao estimado de -17,2%, resultante da adaptação da oferta à procura.

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias ¹	32.757.920 €	38.932.752 €	28.810.557 €	-6.174.832	-15,9%	3.947.363	13,7%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	2.538.679 €	2.293.391 €	2.510.867 €	245.288	10,7%	27.811	1,1%
Pagamento por conta (PART)	1.948.747 €	15.740.533 €	6.507.737 €	-13.791.786	-87,6%	-4.558.990	-70,1%
Receitas tarifárias (inclui participações)	37.245.345 €	56.966.676 €	37.829.161 €	-19.721.331	-34,6%	-583.816	-1,5%
Pagamento por conta (COVID) ²	13.901.660 €	0 €	15.570.380 €	13.901.660	-	-1.668.720	-10,7%

¹ Bilhetes e Passes

² O pagamento por conta ("COVID") é considerado subsídio à exploração, não sendo considerado no cálculo do volume de negócios.

Fonte: SAP/Fl e PAO 2021-2023 (DFI)

As receitas tarifárias (incluindo participações) registam uma variação negativa de 19,7 M€ face ao período homólogo.

Verifica-se um desvio negativo de 0,6 M€, devido essencialmente pelo valor de pagamento por conta (PART) recebido ser inferior ao previsto, e por não se especializarem estas receitas. Esta compensação é ajustada pela AML ao longo do ano¹, tendo este desvio sido parcialmente compensado com o valor de receita proveniente diretamente da procura, que é superior ao previsto (+3,9 M€).

O pagamento por conta "COVID"² apresenta uma variação positiva de 13,9 M€, dado em 2020 o valor contabilístico desta rubrica apenas ter sido ajustado no final do ano. O desvio negativo de 1,7 M€ deve-se por um lado, à não especialização deste rendimento, e por outro, os valores atribuídos ao ML de 3,4 M€ e 10,5 M€, recebidos em janeiro e em agosto, respetivamente, são relativos aos meses de janeiro a março, inclusive.

¹ Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento nº 278-A/2019), a AML passou a assegurar verbas a título de pagamento por conta. O Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro, veio prolongar a sua vigência para o ano de 2021.

² Mantendo-se o cenário de pandemia e com o objetivo de manter o nível de oferta do transporte público, o Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro veio prolongar a vigência do Despacho nº 8459/2020, que promulgou a atribuição de verbas adicionais em Pagamentos por Conta.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 581 606 662 €	5 591 500 051 €	5 682 425 639 €	-9 893 389 €	-0,2%	-100 818 977 €	-1,8%
Ativo Corrente	141 787 183 €	104 959 596 €	111 736 103 €	36 827 587 €	35,1%	30 051 080 €	26,9%
Total do Ativo	5 723 393 845 €	5 696 459 647 €	5 794 161 742 €	26 934 198 €	0,5%	-70 767 897 €	-1,2%
Capital Próprio	1 651 696 265 €	1 504 768 883 €	1 761 612 015 €	146 927 382 €	9,8%	-109 915 749 €	-6,2%
Passivo não Corrente	2 398 712 336 €	2 455 675 724 €	2 209 080 060 €	-56 963 387 €	-2,3%	189 632 276 €	8,6%
Passivo Corrente	1 672 985 244 €	1 736 015 040 €	1 823 469 668 €	-63 029 796 €	-3,6%	-150 484 424 €	-8,3%
Capital Próprio e Passivo	5 723 393 845 €	5 696 459 647 €	5 794 161 742 €	26 934 198 €	0,5%	-70 767 897 €	-1,2%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Principais variações no Balanço ao 3.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2020:

Ativo não Corrente

- **ILD: -5,7 M€**
 - Investimentos em curso ILD +38,0 M€ (adiantamentos);
 - Outros devedores ILD: -20,5 M€ (Estado conta a receber), relacionada com a regularização de encargos financeiros ILD, nomeadamente, o reconhecimento da variação do *MTM* to *MTM* dos contratos *swap*;
 - Subsídios ao investimento ILD -26,5 M€ €, valor recebido do Fundo Coesão (POSEUR), para comparticipação do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré;
 - Outros ativos financeiros +2,9 M€ Instrumentos financeiros potencialmente favoráveis – ILD.
- **Ativos fixos tangíveis: +2,4 M€**
 - Equipamento básico: -9,3 M€ (amortizações acumuladas);
 - Investimentos em curso: +12,1 M€ (adiantamentos).
- **Outros ativos financeiros: -5,7 M€**
 - Valor transferido pela Wells Fargo relativo a *Release Collateral Request*.

Ativo Corrente

- Estado e outros entes públicos: +2,3 M€, variação no período entre o valor de imposto a recuperar (IRC) e reembolsos pedidos de IVA;
- Outros créditos a receber: +47,5 M€, justificado essencialmente pelo valor da última prestação de contrato mútuo TREM II – 1.ª tranche, reconhecido em Devedores Diversos - empresa subsidiárias;
- Caixa e Depósitos bancários: -12,8 M€, essencialmente devido ao valor de adiantamento do projeto de Modernização (contrato ML008/20), e à intensificação da execução do projeto de expansão RA/CS.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: +192,5 M€;
- Resultados transitados: -57,1 M€;
- Variação no Resultado Líquido: +12,5 M€.

Passivo não Corrente

- Investimentos de longa duração: -54,0 M€
 - Financiamentos DGTF ILD obtidos: +45,6 M€;
 - Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis - ILD: -99,6 M€, variação do justo valor dos instrumentos financeiros;

- Financiamentos DGTF ML obtidos: +18,3 M€;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -2,8 M€;
- Outros passivos financeiros: -18,4 M€, relativo à variação do justo valor dos instrumentos financeiros ML.

Passivo Corrente

- Investimentos de longa duração: -84,6 M€
 - Financiamentos obtidos: variação negativa de 124,0 M€, relativa às amortizações de financiamentos BEI;
 - Outras dívidas a pagar ILD: +35,5 M€ de acréscimos de gastos-juros a liquidar e +4,5 M€ de valor do Fundo Ambiental para os projetos de investimento no âmbito do Programa de Estabilidade Económica Social;
- Fornecedores: -1,8 M€;
- Estado e outros entes públicos: +1,9 M€;
- Financiamentos obtidos +18,3 M€, valor de suprimentos para cobertura de défice operacional;
- Outras dívidas a pagar: +3,6 M€, essencialmente justificado pelo valor de adiantamento recebido em julho do PRR para o projeto de Expansão da Linha Vermelha S. Sebastião / Alcântara (3,7 M€).

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 3.º Trimestre:

Ativo não Corrente

- Desvio de -53,0 M€ em investimento ILD:
 - Investimento em Ativos fixos tangíveis: -43,1 M€, justificado essencialmente pelo atraso da consignação do Lote 2 do projeto de expansão RA/CS;
 - Imobilizações em curso: +25,1 M€, relacionado, por um lado, pela falta de estimativa relativa a adiantamentos, e por outro, pelo valor de adiantamento pago ao prestador de serviços do Lote 2 do projeto RA/CS;
 - Estado – Conta a Receber: -10,7 M€, relacionado essencialmente com as variações de instrumentos financeiros *MTM to MTM*;
 - Estado - Subsídios - Gestão Infra-Estrutura: -29,3 M€, pelo reconhecimento de subsídio ao investimento do Fundo de Coesão em Ajustamentos/Outras variações no capital próprio;
 - Clientes: +2,0 M€, Multa contratual (HAGEN Engenharia, S.A.);
 - Outros ativos financeiros +2,9 M€ variação de taxa de juro favorável ao ML.
- Ativos fixos tangíveis ML: -71,5 M€
 - Edifícios e outras construções: +8,6 M€, essencialmente justificado pela falta de regularização das amortizações acumuladas dos bens afetos;
 - Equipamento básico: -82,6 M€, justificado quer pela falta de regularização das amortizações acumuladas, quer pelo atraso no projeto de modernização (aquisição de UT's e integração de CBTC nas carruagens existentes) e pela falta de estimativa do mesmo como imobilizações em curso;
 - Sobressalentes: -6,9 M€, regularização de valores em equipamento básico;
 - Investimentos em curso: +10,8 M€ (adiantamentos).
- Desvio positivo de 30 M€ em participações financeiras, pela imputação do valor residual do leasing de material circulante, inicialmente considerado em investimento;
- Outros ativos financeiros: -5,7 M€ valor não estimado de transferência de conta de depósito garantia/colateral na Wells Fargo (TREM II 2) para a conta DO. A constituição do depósito para o *Collateral Release Request*, foi superior à necessidade da garantia a prestar.

Ativo Corrente

- Inventários: desvio positivo de 1,1 M€, devido a reclassificações e regularizações;
- Estado e outros entes públicos: +2,4 M€
- Outras contas a receber: -6,9 M€, por imputação da última prestação do contrato de mútuo do TREM II – 1.ª tranche, e do reconhecimento da perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I (50,0 M€), que no orçamento estava imputado a ativo fixo tangível;
- Caixa e depósitos bancários: +32,9 M€, essencialmente pelo desvio na execução dos projetos de investimento participados pelo Fundo de Coesão, Fundo Ambiental e PRR:
 - DO-IGCP-F. Ambiental – RA/CS: +22,5 M€ (inclui 0,7 M€ de retenções);
 - DO-IGCP-F. Ambiental – Modernização: +2,5 M€;
 - DO-IGCP -F. Ambiental – PEES: +4,1 M€.
 - DO-IGCP -PRR Linha Vermelha: +3,7 M€.

Capital próprio

- Desvio negativo de 59,9 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista;
- Desvio negativo de 34,8 M€ em resultados transitados;
- Desvio positivo de 4,9 M€ de resultado líquido do período, face ao estimado.
- Desvio negativo de 20,1 M€ em Outras variações no capital próprio:
 - -24,1 M€ F. Ambiental - Plano Expansão - Rato/Cais Sodré
 - +26,5 M€ Fundo de Coesão
 - -17,9 POEUR
 - -8,2 M€ Perdas atuariais

Passivo não Corrente

- Verifica-se um desvio positivo de 164,4 M€ em ILD, em grande parte porque se verificou um lapso na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, tendo o valor de financiamentos a transitar para curto prazo ficado duplicado no passivo não corrente e no passivo corrente, o que originou um desvio global de 208,8 M€.
 - Ainda nesta rubrica, verifica-se:
 - -4,7M€ em provisões para processos judiciais em curso ILD;
 - -39,8 M€ devido à flutuação do *MTM to MTM* para instrumentos financeiros ILD, favorável ao ML.
- Desvio negativo de 15,5M em provisões (Imparidades - TREM);
- Desvio de +33,2 M€ em financiamentos obtidos, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista;
- Desvio de +8,1M€ em responsabilidade pós-emprego - encargos com pensões subestimados.

Passivo Corrente

- Verifica-se um desvio global negativo de 132,4 M€ em ILD, por um lado, pelo motivo explicitado no Passivo não corrente, de reclassificação do passivo ILD não corrente em corrente (-172,2 M€), e por outro, nesta rubrica ainda se verifica:
 - Desvio de -0,5 M€ em fornecedores de investimento ILD;
 - Desvio de +40,3 M€ em credores por acréscimo de gastos, sendo 32,6 M€ relativo a juros de obrigações.

- Fornecedores: -2,2 M€
- Desvio de -18,8 M€ em financiamentos obtidos, verificando-se a situação descrita para os financiamentos ILD;
- Outras Contas a Pagar: +1,1 M€, justificado essencialmente pela previsão de Valores a regularizar - Reconciliação Venda.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	55 188 915 €	61 755 743 €	58 087 108 €	-6 566 828	-10,6%	-2 898 193	-5,0%
Vendas e serviços prestados	40 536 264 €	61 082 867 €	42 104 229 €	-20 546 602	-33,6%	-1 567 964	-3,7%
Subsídios à exploração	13 901 660 €	0 €	15 570 380 €	13 901 660	-	-1 668 720	-10,7%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	456 914 €	0 €	0 €	456 914	-	456 914	-
Trabalhos para a própria entidade	27 507 €	18 324 €	0 €	9 183	50,1%	27 507	-
Imparidade de inventários (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reduções)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	18 449 631 €	10 185 753 €	17 930 286 €	8 263 879	81,1%	519 346	2,9%
Outros rendimentos e ganhos *	750 991 €	672 877 €	412 500 €	78 114	11,6%	338 491	82,1%
<i>Subsídios ao investimento</i>	<i>932 325 €</i>	<i>932 325 €</i>	<i>834 251 €</i>	<i>0</i>	<i>0,0%</i>	<i>98 074</i>	<i>11,8%</i>
<i>Ganhos cambiais</i>	<i>142 802 €</i>	<i>122 €</i>	<i>0 €</i>	<i>142 680</i>	<i>116845,3%</i>	<i>142 802</i>	<i>-</i>
<i>Ganhos em Inventários</i>	<i>142 425 €</i>	<i>59 832 €</i>	<i>0 €</i>	<i>82 593</i>	<i>138,0%</i>	<i>142 425</i>	<i>-</i>
<i>Mais Valias Leasing</i>	<i>0 €</i>	<i>0 €</i>	<i>0 €</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>-</i>
Gastos Operacionais (corrigidos)**	89 226 719 €	87 203 616 €	95 981 553 €	2 023 103	2,3%	-6 754 835	-7,0%
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 820 576 €	-1 781 900 €	-2 450 023 €	-38 677	2,2%	629 447	-25,7%
Fornecimentos e serviços externos	-23 956 357 €	-24 285 851 €	-30 400 485 €	329 494	-1,4%	6 444 128	-21,2%
Gastos com o pessoal	-62 720 122 €	-60 258 128 €	-62 363 434 €	-2 461 994	4,1%	-356 688	0,6%
Imparidade de inventários (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Reduções de justo valor	-33 623 €	0 €	0 €	-33 623	336233519,6%	-33 623	-
Outros gastos e perdas **	-729 664 €	-877 737 €	-767 612 €	148 074	-16,9%	37 948	-4,9%
<i>Perdas cambiais</i>	<i>-2 964 €</i>	<i>-5 783 €</i>	<i>-3 780 €</i>	<i>2 819</i>	<i>-48,8%</i>	<i>817</i>	<i>-21,6%</i>
<i>Perdas em Inventários</i>	<i>-128 738 €</i>	<i>-209 614 €</i>	<i>0 €</i>	<i>80 875</i>	<i>-38,6%</i>	<i>-128 738</i>	<i>-</i>
EBITDA (corrigido)	-34 037 804 €	-25 447 873 €	-37 894 445 €	-8 589 931	33,8%	3 856 641	-10,2%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais, tendo para efeitos de análise, sido expurgado os valores das rubricas *non-cash*.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados** - Apresenta uma variação negativa de 20,5 M€ e desvio de -1,6 M€, justificado essencialmente pela quebra das receitas tarifárias, conforme detalhe no ponto 1.3 - Receitas.
- **Subsídios à exploração** – Variação positiva de 13,9 M€, devido ao facto de o ajuste de recebimento do subsídio PART variável (AML), relativo a 2020, ter sido efetuado apenas no final do ano. Desvio de -1,7 M€ relativo ao subsídio PART variável (AML) com recebimento inferior ao estimado para o 3.º trimestre.
- **Aumentos de justo valor** – Variação de +8,3 M€ devido às flutuações dos mercados financeiros, apresentando um desvio de +0,5 M€.

Gastos

- **Fornecimentos e serviços externos**

Variação de 0,3 M€, correspondendo a -1,4%;

Desvio de 6,4 M€, correspondendo a -21,2%, com especial incidência em:

- Trabalhos especializados: -2,1 M€;
- Vigilância e segurança: -0,2 M€;
- Conserv. e Repar. - Contratos Assist. Técnica: -0,8 M€;
- Conserv. e Repar. - Equipamento Básico: -0,4 M€;
- Outros juros - Comissões POS: -0,2 M€;
- Energia alta tensão: -0,7 M€;
- Rendas Bens Regime Locação Operac: -1,4 M€;
- Condomínios Despesas: -0,2 M€. Despesa relativa à repartição de custos dos espaços e serviços comuns da Estação do Oriente, faturados pela IP, cujo valor de 2021 ainda não foi debitado ao ML.

- **Gastos com pessoal** – Variação negativa de 2,5M€, correspondendo a +4,1%, decorrente da integração dos quadros da Ferconsult no ML, assim como, pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor.

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	-14.051.524 €	-14.466.913 €	-19.133.688 €	415.389	-2,9%	5.082.164	-26,6%
Ajustamentos	19.986.279 €	10.980.959 €	18.760.757 €	9.005.320	82,0%	1.225.523	6,5%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	456.914 €	0 €	0 €	456.914	-	456.914	-
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Trabalhos para a própria entidade	27.507 €	18.324 €	0 €	9.183	50,1%	27.507	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	18.449.631 €	10.185.753 €	17.930.286 €	8.263.879	81,1%	519.346	2,9%
Reduções de justo valor	-33.623 €	0 €	0 €	-33.623	336233519,6%	-33.623	-
Subsídios ao investimento	932.325 €	932.325 €	834.251 €	0	0,0%	98.074	11,8%
Ganhos cambiais	142.802 €	122 €	0 €	142.680	116845,3%	142.802	-
Perdas cambiais	-2.964 €	-5.783 €	-3.780 €	2.819	-48,8%	817	-21,6%
Ganhos em Inventários	142.425 €	59.832 €	0 €	82.593	138,0%	142.425	-
Perdas em Inventários	-128.738 €	-209.614 €	0 €	80.875	-38,6%	-128.738	-
Mais Valias Leasing	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
EBITDA (corrigido)	-34.037.804 €	-25.447.873 €	-37.894.445 €	-8.589.931	33,8%	3.856.641	-10,2%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 8,6 M€, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação de positiva de 0,4 M€.

Com variação assinalável, destaca-se o Aumento de Justo Valor em 8,3 M€, por via das flutuações do *MTM to MTM*.

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 7 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2021	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	72.617.672 €	73.792.762 €	-1.175.090	-1,6%
Pagamentos das atividade operacionais	-95.039.992 €	-105.896.021 €	10.856.029	-10,3%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-22.422.320 €	-32.103.259 €	9.680.939	-30,2%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	34.785.323 €	41.501.918 €	-6.716.596	-16,2%
Pagamentos de investimentos	-110.802.733 €	-151.706.911 €	40.904.178	-27,0%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	-76.017.411 €	-110.204.992 €	34.187.582	-31,0%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	274.724.401 €	315.196.524 €	-40.472.123	-12,8%
Pagamentos de financiamentos	-189.100.253 €	-218.556.340 €	29.456.087	-13,5%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	85.624.148 €	96.640.184 €	-11.016.036	-11,4%
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-12.815.583 €	-45.668.068 €	32.852.485	-71,9%
Caixa e seus equivalentes no início do período	47.271.470 €	25.729.749 €	21.541.720	83,7%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	34.455.887 €	1.603.402 €	32.852.485	2048,9%

Fonte: Mfca set/2021 e PAO 2021-2023 (DFI)

Os recebimentos da atividade operacional não foram suficientes para cobertura dos pagamentos, tendo gerado um défice de tesouraria operacional no valor de 22,4 M€. Este resultado deveu-se, essencialmente, à forte quebra da procura em sequência do período de confinamento obrigatório, que entrou em vigor a 22 de janeiro (DL n.º 3-C/2021) e que se manteve até ao dia 15 de março, aliado ao prolongamento do teletrabalho obrigatório até 30 de setembro.

No relativo à tesouraria de investimento, foram pagos 110,8 M€, com um desvio negativo de 40,9 M€, justificado essencialmente pelos atrasos dos projetos de expansão RA/CS e projeto de Modernização, tendo este último projeto sofrido alguns atrasos, nomeadamente pela ação de impugnação ao contrato assinado em 08 de fevereiro de 2020 (ML008/2020) intentada por um dos concorrentes, que apenas foi liberada a 18 de novembro do mesmo ano, tendo o respetivo visto do Tribunal de Contas sido concedido em 04 de maio de 2021 (ofício DECOP - 16984/2021).

As atividades de financiamento registaram recebimentos no valor de 274,4 M€, sendo 82,2 M€ relativo a financiamento obtido e 192,5 M€ em aumentos de capital³, para colmatar os défices de tesouraria operacional e de investimento, assim como para pagamento do serviço da dívida.

³ Ver ponto 2.4 - Modelo de Financiamento

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	192.539.404 €	320.088.362 €	252.469.381 €	-127.548.958 €	-39,8%	-59.929.977 €	-23,7%
Numerário	192.539.404 €	320.088.362 €	252.469.381 €	-127.548.958 €	-39,8%	-59.929.977 €	-23,7%
Empréstimos DGTF	82.184.997 €	145.458.146 €	80.046.297 €	-63.273.149 €	-43,5%	2.138.700 €	2,7%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	2.538.679 €	18.033.924 €	9.018.604 €	-15.495.245 €	-85,9%	-6.479.925 €	-71,9%
PART	1.948.747 €	15.740.533 €	6.507.737 €	-13.791.786 €	-87,6%	-4.558.990 €	-70,1%
PART "COVID"	13.901.660 €	0 €	15.570.380 €	13.901.660 €	-	-1.668.720 €	-10,7%
TOTAL	291.164.740 €	483.580.432 €	357.104.661 €	-192.415.692 €	-39,8%	-65.939.922 €	-18,5%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Até ao final do 3.º trimestre de 2021 foram concedidas dotações de capital no valor de 192,5 M€, dos quais, 125,1 M€ se destinaram ao pagamento do serviço da dívida e 67,4 M€ para cobertura do défice de investimento. Previa-se a dotação de 17,3 M€, por conversão de crédito, que não se concretizou.

Contratação de financiamentos no valor de 82,2 M€, dos quais, 64,0 M€ se destinaram a pagamento de *swaps*, e 18,3 M€ (empréstimo de curto prazo – suprimentos) para cobertura de défice operacional (6,4 M€ para despesas com pessoal e saldo remanescente para FSE).

2.5. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	31.12.2020	3.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	0 €	100,0%	0 €	0,0%
BEI	96 842 968 €	220 826 473 €	96 842 968 €	-123 983 506 €	43,9%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2 078 703 413 €	1 996 518 416 €	2 027 694 464 €	82 184 997 €	104,1%	51 008 949 €	2,5%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	100,0%	0 €	0,0%
Total	3 385 546 380 €	3 427 344 889 €	3 334 537 431 €	-41 798 509 €	98,8%	51 008 949 €	1,5%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Até ao final do 3.º Trimestre foram amortizados 123,9 M€ relativos a financiamento do BEI. Relativamente a novos financiamentos, o ML contraiu junto da DGTF, empréstimos no valor de 82,1 M€ para fazer face aos encargos financeiros com os contratos *swap* e cobertura de défice operacional.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL			PAO	Δ 2021/2020		Δ 2021/2019		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%	Abs	%
(1) CMVMC	1 820 576 €	1 781 900 €	2 905 617 €	2 450 023 €	38 677 €	2,2%	-1 085 040 €	-37,3%	-629 447 €	-25,7%
(2) FSE	23 956 357 €	24 285 851 €	25 227 860 €	30 400 485 €	-329 494 €	-1,4%	-1 271 503 €	-5,0%	-6 444 128 €	-21,2%
(2.1) FSE - COVID-19 ¹	708 752 €	650 068 €	0 €	578 885 €	58 684 €	9,0%	708 752 €	-	129 867 €	22,4%
(3) Gastos com pessoal	62 720 122 €	60 258 128 €	59 696 377 €	62 363 434 €	2 461 994 €	4,1%	3 023 745 €	5,1%	356 688 €	0,6%
(3.1) Integração de trabalhadores da Ferconsult ¹	1 359 942 €	0 €	0 €	1 526 480 €	1 359 942 €	-	1 359 942 €	-	-166 538 €	-10,9%
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	86 428 361 €	85 675 811 €	87 829 853 €	93 108 577 €	752 550 €	0,9%	-1 401 493 €	-1,6%	-6 680 216 €	-7,2%
(5) Volume de negócios (VN)	40 536 264 €	61 082 867 €	87 662 228 €	42 104 229 €	-20 546 602 €	-33,6%	-47 125 964 €	-53,8%	-1 567 964 €	-3,7%
(5.1) Perda de receita atribuível à pandemia COVID-19 ²	47 125 964 €	26 579 362 €	-	48 082 662 €	20 546 602 €	77,3%	47 125 964 €	-	-956 699 €	-2,0%
Subsídios à exploração ³	13 901 660 €	-	-	24 588 984 €	13 901 660 €	-	13 901 660 €	-	-10 687 324 €	-43,5%
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	98,6%	97,7%	100,2%	103,2%	0,9 pp	--	-1,6 pp	--	-4,6 pp	--
(7) Deslocações e Alojamento	2 196 €	7 467 €	23 803 €	25 536 €	-5 271 €	-70,6%	-21 607 €	-90,8%	-23 340 €	-91,4%
(8) Ajudas de custo	563 €	2 017 €	5 469 €	2 393 €	-1 454 €	-72,1%	-4 906 €	-89,7%	-1 830 €	-76,5%
(9) Gastos com a frota automóvel ⁴	208 492 €	188 842 €	137 615 €	281 818 €	19 650 €	10,4%	70 877 €	51,5%	-73 326 €	-26,0%
(7) + (8) + (9)	211 251 €	198 326 €	166 888 €	309 747 €	12 925 €	6,5%	44 364 €	26,6%	-98 496 €	-31,8%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	745 554 €	1 811 766 €	1 105 646 €	3 199 469 €	-1 066 212 €	-58,8%	-360 092 €	-32,6%	-2 453 915 €	-76,7%

¹ Despesa deduzida aos gastos operacionais para cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho.

² Valor de receita considerado no cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho.

³ Inclui Compensação AML (PART).

⁴ Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Tendo em conta as orientações constantes nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”⁴, ao cálculo do peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, são subtraídos os gastos que resultam das medidas tomadas para fazer face à pandemia provocada pelo COVID-19 (0,7 M€), e somadas as perdas de receita atribuíveis à mesma (46,0 M€ de receita tarifária e 0,5 M€ de receita não tarifária). Adicionalmente, foi deduzido o impacto do custo da integração dos trabalhadores da Ferconsult nos gastos com pessoal (1,3 M€), por forma a ser comparável com 2019. Assim, e no que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 3.º trimestre de 2021, salienta-se o seguinte:

- O volume de negócios é inferior em 33,6% (-20,5 M€) face a 2020 e inferior em 3,7% (-1,5M€) relativamente ao previsto, quando comparado com o mesmo período, em 2019, o volume de negócios regista uma diferença negativa de 47,1 M€ (-53,8%).
- Os gastos operacionais são superiores em 1,0% (0,75M€) comparativamente com o período homólogo e inferiores em 7,2% (-6,7 M€) face ao previsto. A variação face a 2019 é negativa em 1,6% (-1,4M€).
- Os gastos com pessoal apresentam um acréscimo de 2,4 M€ (4,1%), justificado com o aumento autorizado do n.º do efetivo, bem como pela integração dos trabalhadores da Ferconsult no final de 2020. Face a 2019, verifica-se uma variação positiva de 3 M€ (5,1%).
- No global das rubricas Deslocações e Alojamento, Ajudas de custo e Gastos com a frota automóvel, verifica-se um aumento face ao período homólogo (12,9 m€, 6,5%) que, no entanto, fica abaixo dos valores previstos no PAO 2021 (-98,5 m€, -31,8%), conjugado do efeito da grande redução das deslocações de pessoas que se tem sentido no País e no Mundo, no âmbito das medidas implementadas de combate à pandemia COVID-19. Quando comparado com 2019, a variação é positiva em 44,3 m€ (26,6%) tendo contribuído para tal um aumento nos gastos com a frota automóvel.
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam uma redução face ao período homólogo (-1,0 M€, -58,8%) e face ao previsto no PAO (-2,4 M€, -76,7%), devido essencialmente aos

⁴ Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho de 2020.

atrasos nos processos de contratação das assessorias para os projetos de expansão e modernização em curso. A variação face a 2019 é de -360 m€ (-32,6%).

- Comparando o resultado do rácio Peso dos Gastos/VN com o planeado, verifica-se a melhoria do mesmo em 4,6 pp; a variação 2021/2020 é de 0,9 pp e de -1,6 pp na variação 2021/2019. Os gastos operacionais ficam acima do valor registado no período homólogo devido, essencialmente, a um aumento dos gastos com pessoal, reflexo das novas contratações, autorizadas no PAO 2020 e 2021, e, da integração dos trabalhadores da Ferconsult.

Desta forma, a empresa garante que a sua gestão é orientada para a eficiência operacional, cumprindo os princípios financeiros de referência para 2021.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	47	41	41	6	14,6%	6	14,6%
Gastos (€):							
Combustível	24 915	21 962	27 000	2 954	13,4%	-2 085	-7,7%
Energia	1 660	1 848	1 800	-188	-10,2%	-140	-7,8%
Conservação e Reparação	38 316	27 626	45 225	10 690	38,7%	-6 909	-15,3%
Rendas	109 263	103 437	175 141	5 826	5,6%	-65 878	-37,6%
Seguros	20 308	20 217	27 250	91	0,4%	-6 942	-25,5%
Impostos	1 930	2 460	5 100	-530	-21,5%	-3 170	-62,2%
Outros	12 101	11 293	303	808	7,2%	11 798	3900,2%
Total	208 492	188 842	281 818	19 650	10,4%	-73 326	-26,0%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se um acréscimo de gastos (19 650€) face ao período homólogo (+10,4%), e um desvio negativo face ao planeado (-73 326€, -26,0%), neste último, para além do efeito da redução do número de deslocações no 3º trimestre do período, ainda não foi possível formalizar a alteração da entidade adjudicante dos contratos de locação operacional das viaturas da Ferconsult, pelo que, parcialmente, este gasto continuou a ser assumido pela participada.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	31	43	65	-12	-28,7%	-34	-52,3%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O prazo médio de pagamento regista uma variação de -12 dias quando comparado com o período homólogo e um desvio de -34 dias. Apesar da redução das disponibilidades, decorrente essencialmente pela forte quebra de recebimento de clientes, o ML conseguiu diminuir o prazo médio de pagamento, ficando mesmo abaixo do previsto no PAO 2021.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	31 DEZ 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1 520	1 513	1 565	7	0,5%	-45	-2,9%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2021-2023 (DFI)

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -45 colaboradores, conjugado do efeito dos atrasos nos processos de contratação já aprovados em Planos de Atividades e Orçamento anteriores a 2021, e a não aprovação de 31 novos trabalhadores face aos 41 propostos no PAO 2021. De salvaguardar que, para além dos efeitos da pandemia que gerarem diversos atrasos nestes processos de contratação, o PAO 2020 apenas foi aprovado no último trimestre do período.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	3.º TRIM 2021	31 Dez 2020
Financiamento Remunerado	3 385 546 380 €	3 427 344 889 €
Capital Social	3 606 538 386 €	3 413 998 982 €
Novos Investimentos	2 398 241 €	1 498 032 €
Variação do endividamento	2,17%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”, que tem em conta novos investimentos de expressão material, o endividamento do ML variou 2,17%, ultrapassando, no período em análise, o cumprimento do limite de 2%. No entanto, importa salientar que devido à conjuntura atual, resultado da pandemia Covid-19, as receitas do ML sofreram uma quebra significativa, pelo que o ML necessitará de um apoio adicional do estado a fim de poder cumprir as obrigações contratuais já assumidas, conforme previsto no PAO 2021-2023.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 15 - Disponibilidades

UTE	3.º TRIM 2021
Disponibilidades em 30-09-2021	34 440 796 €
Depositadas no IGCP	32 121 807 €
Outras	2 318 989 €
Disponibilidades no IGCP [%]	93,3%

Fonte: DFI/Tesouraria

No final de setembro de 2021, o ML mantinha 93,3% dos depósitos bancários (34,4M€) no IGCP. A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 28/04/2020, o pedido de dispensa

da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), conforme N/Ref. 1521310 e 1530590. O IGCP através do seu ofício n.º 1702/2020, de 14 de dezembro, aprovou o excecionamento do cumprimento da UTE para os anos de 2020 e 2021, para os valores inerentes às operações de financiamento contratualizadas com a banca, devendo as garantias bancárias, sempre que possível ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado.

4. Plano de Investimento

Projeto	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º Trim 2021	3.º Trim 2020	3.º Trim 2021	Abs	%	Abs	%
Investimento ML	13 144 478	3 058 369	81 723 210	10 086 109	330%	-68 578 732	-84%
Edifícios e outras Construções	88 108	1 215 407	935 229	-1 127 300	-93%	-847 121	-91%
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	30 088	1 084 288	63 279	-1 054 200	-97%	-33 191	-52%
Outros	58 020	129 520	871 950	-71 500	-55%	-813 930	-93%
Equipamento Básico	12 678 254	1 473 805	79 510 227	11 204 450	760%	-66 831 973	-84%
Material Circulante (TREM)			52 777 778	0	-	-52 777 778	-100%
Veículo esmerilador	2 398 241	0	1 505 000	2 398 241	-	893 241	59%
CITV	339 145	10 711	725 978	328 435	3066%	-386 832	-53%
Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99	619 355	1 258 446		-639 091	-51%	619 355	-
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante)	2 102 138	0	17 361 951	2 102 138	-	-15 259 813	-88%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização)	6 360 817	0	1 804 739	6 360 817	-	4 556 078	252%
Remodelação Sistema Central de Bilhética	619 784	0	0	619 784	-	619 784	-
Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso	0	0	1 925 000	0	-	-1 925 000	-100%
Outros	238 775	64 149	3 409 782	174 627	272%	-3 171 007	-93%
Ferramentas e Utensílios	39 552	65 373	118 649	-25 822	-39%	-79 098	-67%
Equipamento Administrativo	338 564	303 783	1 159 105	34 781	11%	-820 541	-71%
COVID-19	177	45 408	7 500	-45 231	-100%	-7 323	-98%
Outros	338 387	258 375	1 151 605	80 012	31%	-813 218	-71%
Investimento ILD	38 413 426	10 591 922	60 265 027	27 821 504	263%	-21 851 602	-36%
Plano Nacional de Acessibilidades	16 910	884 687	931 552	-867 777	-98%	-914 642	-98%
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	31 771 087	3 161 835	44 058 000	28 609 252	905%	-12 286 913	-28%
Remodelação da Linha A	1 990 706	1 044 270	1 668 349	946 436	91%	322 357	19%
Remodelação da Linha B	202 207	105 788	189 737	96 419	91%	12 470	7%
Remodelação da Linha C	3 825 340	3 828 771	6 021 871	-3 431	0%	-2 196 531	-36%
Remodelação e ampliação Areeiro	53 294	2 136 920	314 670	-2 083 626	-98%	-261 376	-83%
Remodelação e ampliação Arroios	3 530 146	1 515 532	4 620 763	2 014 614	133%	-1 090 618	-24%
Outros	241 900	176 319	1 086 437	65 581	37%	-844 537	-78%
Remodelação da Linha D	97 003	950 122	939 284	-853 119	-90%	-842 282	-90%
Remodelação Olivais	0	630 790	107 669	-630 790	-100%	-107 669	-100%
Modernização CBTC - Linha Vermelha	0		0	0	-	0	-
Outros	97 003	319 332	831 616	-222 329	-70%	-734 613	-88%
Remodelação da Rede Global	510 172	616 449	6 456 233	-106 277	-17%	-5 946 061	-92%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Sinalização)	0	0	4 393 150	0	-	-4 393 150	-100%
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	152 600	447 835	1 432 967	-295 234	-66%	-1 280 367	-89%
Outros	357 572	168 615	630 116	188 957	112%	-272 544	-43%
TOTAL	51 557 903	13 650 290	141 988 238	37 907 613	278%	-90 430 334	-64%

Fonte: SAP/CO e PAO 2021-2023 (DFI)

No período em análise, foi realizado 36% do investimento previsto a setembro, apresentando um desvio negativo de 64% (-90,4 M€). A contribuir para este desvio negativo estão os projetos:

- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde - Investimento ML - (CBTC - Mat. Circulante + CBTC - Sinalização): -15,3 M€;
- Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso: -1,9 M€;
- PNPA: -0,9 M€;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -12,3 M€;
- Remodelação da linha Verde: -2,2 M€
- Remodelação da linha Vermelha: -0,8 M€
- Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas: -1,3 M€
- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde - Investimento ILD - (CBTC - Sinalização): -4,4 M€;
- Outros investimentos ML: -3,1 M€
- Outros investimentos ILD: -0,2M€
- Incorreção na classificação contabilística, estimada, do valor da última prestação de contrato mútuo TREM II – 1.ª tranche: -52,8 M€.

Em comparação com o período homólogo, verifica-se uma variação de 278%, (+37,9 M€):

- Realização superior em Investimento ML (+10,1 M€):
 - Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide: -0,8 M€;
 - Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99: -0,9 M€;
 - Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Mat. Circulante + CBTC - Sinalização): +8,4 M€;
 - Remodelação Sistema Central de Bilhética: +0,6 M€;
 - Outros investimentos ML: +0,2 M€.

- Realização superior em investimento ILD (+27,8 M€):
 - Plano Nacional de Acessibilidades: -0,8 M€;
 - Prolongamento Rato / Cais do Sodré: +28,6 M€;
 - Remodelação e ampliação Areeiro: -2,0 M€;
 - Remodelação e ampliação Arroios: +2,0 M€;
 - Remodelação linha Vermelha: -0,8 M€;
 - Outros investimentos ILD: -0,2 M€.

5. Análise dos principais desvios

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balço				
Ativo n/ corrente				
ILD	-53,0 M€	Baixa execução de Investimento ILD; Reconhecimento de subsídio ao investimento, relativo ao semestre.	Pág. 6	Melhoria da execução de Investimento; Reconhecimento mensal do subsídio ao investimento.
AFT	-71,5 M€	Baixa execução de Investimento ML.		Melhoria da execução de Investimento.
Participações financeiras	+30,0 M€	Imputação do valor residual do leasing de material circulante.		Inicialmente considerado como ativo fixo tangível
Outros ativos financeiros	-5,7 M€	Transferência de conta de depósito garantia/colateral na Wells Fargo (TREM II 2)		
Ativo corrente				
Inventários	+1,1 M€	Devido a reclassificações e regularizações	Pág. 7	Inicialmente considerado como ativo fixo tangível
Estado e outros entes públicos	+2,4 M€	Maior valor de IVA deduzido e reembolsos pedidos		
Outras contas a receber	-6,9 M€	Imputação de perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I		
Caixa e depósitos bancários	+32,9 M€	Recebimento de subsídios POSEUR e F.Ambiental		
Capital próprio				
Capital realizado	-59,9 M€	Dotações de Capital inferiores ao previsto	Pág. 7	Decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista
Resultado Líquido do período	4,9 M€	Desvio motivado pela redução da atividade em fornecimentos e serviços externos		
Outras variações no capital próprio	-20,1 M€	Reconhecimento de subsídios ao investimento do semestre		
Passivo não corrente				
ILD	+164,4 M€	Lapso na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, tendo o valor de financiamentos a transitar para curto prazo ficado duplicado no passivo não corrente e no passivo corrente	Pág. 7	
Provisões	-15,5 M€	Imparidades - TREM		
Financiamentos obtidos	+33,2 M€	Adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista		
Responsabilidade pós-emprego	+8,1 M€	Encargos com pensões subestimados		
Passivo corrente				
ILD	+132,4 M€	Situação descrita nos financimanetos ILD	Págs. 7/8	
Fornecedores	-2,2 M€	Valor sobrestimado		
Financiamentos obtidos	-18,8 M€	Situação descrita nos financimanetos ILD		
Outras Contas a Pagar	+1,1 M€	Valores a regularizar - Reconciliação de venda		

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 384 990 270 €	5 390 701 851 €	5 437 993 652 €	-5 711 581 €	-0,1%	-53 003 382 €	-1,0%
Ativos fixos tangíveis	100 818 561 €	98 448 584 €	172 354 426 €	2 369 977 €	2,4%	-71 535 864 €	-41,5%
Propriedades de investimento	12 279 725 €	12 621 462 €	12 766 727 €	-341 737 €	-2,7%	-487 001 €	-3,8%
Ativos intangíveis	1 661 160 €	1 830 425 €	1 673 601 €	-169 265 €	-9,2%	-12 440 €	-0,7%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	33 490 212 €	33 832 449 €	3 531 955 €	-342 236 €	-1,0%	29 958 257 €	848,2%
Outros ativos financeiros	48 366 733 €	54 065 280 €	54 105 280 €	-5 698 546 €	-10,5%	-5 738 546 €	-10,6%
Total do ativo não corrente	5 581 606 662 €	5 591 500 051 €	5 682 425 639 €	-9 893 389 €	-0,2%	-100 818 977 €	-1,8%
Ativo corrente							
Inventários	10 242 111 €	10 836 101 €	9 186 936 €	-593 990 €	-5,5%	1 055 175 €	11,5%
Clientes	2 471 184 €	1 718 818 €	1 718 818 €	752 366 €	43,8%	752 366 €	43,8%
Estado e outros entes públicos	6 123 573 €	3 815 038 €	3 759 442 €	2 308 534 €	60,5%	2 364 131 €	62,9%
Outras contas a receber	58 466 561 €	10 929 504 €	65 346 325 €	47 537 057 €	434,9%	-6 879 764 €	-10,5%
Diferimentos	30 027 387 €	30 388 665 €	30 121 180 €	-361 278 €	-1,2%	-93 793 €	-0,3%
Caixa e depósitos bancários	34 456 367 €	47 271 470 €	1 603 402 €	-12 815 103 €	-27,1%	32 852 965 €	2049,0%
Total do ativo corrente	141 787 183 €	104 959 596 €	111 736 103 €	36 827 587 €	35,1%	30 051 080 €	26,9%
Total do ativo em investimentos de ILD	5 384 990 270 €	5 390 701 851 €	5 437 993 652 €	-5 711 581 €	-0,1%	-53 003 382 €	-1,0%
Total do ativo afeto à operação (ML)	338 403 575 €	305 757 796 €	356 168 091 €	32 645 780 €	10,7%	-17 764 516 €	-5,0%
TOTAL DO ATIVO	5 723 393 845 €	5 696 459 647 €	5 794 161 742 €	26 934 198 €	0,5%	-70 767 897 €	-1,2%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3 606 538 386 €	3 413 998 982 €	3 666 468 363 €	192 539 404 €	5,6%	-59 929 977 €	-1,6%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1 940 806 395 €	-1 883 675 004 €	-1 905 996 492 €	-57 131 391 €	3,0%	-34 809 904 €	1,8%
Excedentes de revalorização	37 234 076 €	37 234 076 €	37 234 076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	-8 113 579 €	-7 181 254 €	11 974 671 €	-932 325 €	13,0%	-20 088 250 €	-167,8%
Resultado líquido do exercício	-44 679 697 €	-57 131 391 €	-49 592 078 €	12 451 694 €	-21,8%	4 912 381 €	-9,9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 651 696 265 €	1 504 768 883 €	1 761 612 015 €	146 927 382 €	9,8%	-109 915 749 €	-6,2%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 891 992 283 €	1 946 015 681 €	1 727 637 735 €	-54 023 399 €	-2,8%	164 354 548 €	9,5%
Provisões	40 313 289 €	40 313 289 €	55 804 148 €	-	0,0%	-15 490 858 €	-27,8%
Financiamentos obtidos	169 681 031 €	151 382 336 €	136 501 957 €	18 298 695 €	12,1%	33 179 074 €	24,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	271 811 433 €	274 600 485 €	263 702 575 €	-2 789 052 €	-1,0%	8 108 858 €	3,1%
Outros passivos financeiros	24 914 300 €	43 363 932 €	25 433 646 €	-18 449 631 €	-42,5%	-519 346 €	-2,0%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	1 891 992 283 €	1 946 015 681 €	1 727 637 735 €	-54 023 399 €	-2,8%	164 354 548 €	9,5%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	506 720 054 €	509 660 042 €	481 442 326 €	-2 939 989 €	-0,6%	25 277 728 €	5,3%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	2 398 712 336 €	2 455 675 724 €	2 209 080 060 €	-56 963 387 €	-2,3%	189 632 276 €	8,6%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	971 882 810 €	1 056 477 888 €	1 118 526 502 €	-84 595 077 €	-8,0%	-146 643 691 €	-13,1%
Fornecedores	5 439 118 €	7 230 978 €	7 608 206 €	-1 791 859 €	-24,8%	-2 169 088 €	-28,5%
Estado e outros entes públicos	5 046 822 €	3 150 333 €	3 150 333 €	1 896 488 €	60,2%	1 896 488 €	60,2%
Financiamentos obtidos	623 591 272 €	605 259 449 €	642 381 296 €	18 331 823 €	3,0%	-18 790 024 €	-2,9%
Outras contas a pagar	67 025 221 €	63 896 392 €	51 803 330 €	3 128 829 €	4,9%	15 221 891 €	29,4%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	971 882 810 €	1 056 477 888 €	1 118 526 502 €	-84 595 077 €	-8,0%	-146 643 691 €	-13,1%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	701 102 433 €	679 537 152 €	704 943 166 €	21 565 281 €	3,2%	-3 840 733 €	-0,5%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1 672 985 244 €	1 736 015 040 €	1 823 469 668 €	-63 029 796 €	-3,6%	-150 484 424 €	-8,3%
Total do passivo em investimentos de ILD	2 863 875 093 €	3 002 493 569 €	2 846 164 237 €	-138 618 476 €	-4,6%	17 710 857 €	0,6%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1 207 822 487 €	1 189 197 195 €	1 186 385 491 €	18 625 292 €	1,6%	21 436 995 €	1,8%
TOTAL DO PASSIVO	4 071 697 580 €	4 191 690 764 €	4 032 549 728 €	-119 993 184 €	-2,9%	39 147 852 €	1,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5 723 393 845 €	5 696 459 647 €	5 794 161 742 €	26 934 198 €	0,5%	-70 767 897 €	-1,2%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2021	3.º TRIM 2020	3.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	40 536 264 €	61 082 867 €	42 104 229 €	-20 546 602 €	-33,6%	-1 567 964 €	-3,7%
Subsídios à exploração	13 901 660 €	-	15 570 380 €	13 901 660 €	-	-1 668 720 €	-10,7%
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	456 914 €	-	-	456 914 €	-	456 914 €	-
Trabalhos para a própria entidade	27 507 €	18 324 €	-	9 183 €	50,1%	27 507 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 820 576 €	-1 781 900 €	-2 450 023 €	-38 677 €	2,2%	629 447 €	-25,7%
Fornecimentos e serviços externos	-23 956 357 €	-24 285 851 €	-30 400 485 €	329 494 €	-1,4%	6 444 128 €	-21,2%
Gastos com o pessoal	-62 720 122 €	-60 258 128 €	-62 363 434 €	-2 461 994 €	4,1%	-356 688 €	0,6%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	18 416 008 €	10 185 753 €	17 930 286 €	8 230 255 €	80,8%	485 722 €	2,7%
Outros rendimentos e ganhos	1 968 543 €	1 665 156 €	1 246 751 €	303 387 €	18,2%	721 792 €	57,9%
Outros gastos e perdas	-861 366 €	-1 093 134 €	-771 392 €	231 768 €	-21,2%	-89 974 €	11,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-14 051 524 €	-14 466 913 €	-19 133 688 €	415 389 €	-2,9%	5 082 164 €	-26,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-11 267 207 €	-11 725 261 €	-11 267 408 €	458 054 €	-3,9%	201 €	0,0%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-25 318 731 €	-26 192 174 €	-30 401 096 €	873 443 €	-3,3%	5 082 365 €	-16,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-19 360 966 €	-18 806 155 €	-19 190 982 €	-554 811 €	3,0%	-169 984 €	0,9%
Resultado antes de impostos	-44 679 697 €	-44 998 329 €	-49 592 078 €	318 632 €	-0,7%	4 912 381 €	-9,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-44 679 697 €	-44 998 329 €	-49 592 078 €	318 632 €	-0,7%	4 912 381 €	-9,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. 3º TRIMESTRE DE 2021

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do terceiro trimestre de 2021 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao período findo em 30 de setembro de 2021, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021², o relatório de execução do PAO – 3º Trimestre de 2021, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML e remetido ao CF e ao Revisor Oficial de Contas (ROC)³, o respetivo relatório do ROC remetido ao CF em 7 de fevereiro de 2022, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, e as atas das reuniões do CA.

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores da procura evidenciam a forte quebra dos níveis de atividade, em virtude da pandemia por COVID-19, não obstante alguma recuperação face ao 2º trimestre de 2021, registando-se no final do 3º trimestre de 2021, em relação ao período homólogo de 2020, reduções de 22,5% no número de passageiros transportados com título pago e de 23,4% em passageiros x km⁴. Em relação ao orçamentado, verificam-se desvios positivos de 10,1% e 7,2%, respetivamente.

A variação da oferta em relação ao período homólogo de 2020 é menos significativa, ascendendo a -8,9%, quer em carruagens x km, quer em lugares x km. Em relação ao orçamentado, registam-se desvios negativos de 17,2% em ambos os indicadores.

Considerando o somatório da receita tarifária (bilhetes e passes), da compensação financeira dos passes sociais (4_18, Sub23 e Social+) e da compensação tarifária (PART), regista-se uma diminuição face ao período homólogo de 34,6% (-19,7 milhões € - M€). Face ao orçamento, o desvio desfavorável foi de 1,5% (-0,6 M€).

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

² Objeto de aprovação através de Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade.

³ Remetido em 28 de dezembro de 2021 ao Revisor Oficial de Contas, com conhecimento ao CF.

⁴ No 2º trimestre as reduções nestes indicadores, face ao período homólogo, ascenderam a 38,3% e 38,1%, respetivamente.



A título de compensação da quebra das receitas pela pandemia por COVID-19, foi atribuída à ML uma verba de 13,9 M€, inferior à orçamentada de 15,6 M€.

Assim, o total da receita tarifária e das compensações relacionadas com os passes sociais, redução tarifária e pandemia por COVID-19 (51,1 M€) representa decréscimos de 5,8 M€ (-10,2%) face ao período homólogo de 2020 e de 2,3 M€ (-4,2%) em relação ao orçamentado.

O investimento realizado até ao final do 3º trimestre de 2021 atingiu o montante global de 51,6 M€, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 36% face ao projetado para o mesmo período (142,0 M€), o que traduz um agravamento face ao 2º trimestre de 2021 cuja taxa de execução foi de 45%. Ainda assim, regista-se uma evolução positiva em comparação com o período homólogo de 2020 (13,7 M€). Realça-se o prolongamento da linha Rato / Cais do Sodré que representou cerca de 62% (31,8 M€) do total executado.

2.2. Desempenho económico e financeiro

A análise efetuada ao Relatório de execução da ML – 3º trimestre 2021 permitiu concluir o seguinte:

- O prejuízo acumulado ascendeu a 44,7 M€, situando-se em valor similar ao do período homólogo de 2020 (prejuízo de 45,0 M€), em resultado da conjugação da quebra nas receitas (-20,5 M€ em vendas e prestações de serviços) e das variações positivas dos subsídios à exploração (+13,9 M€) e do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+8,3 M€).

Face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 49,6 M€) regista-se um desvio favorável de 4,9 M€ (9,9%), pela conjugação de menores gastos com fornecimentos e serviços externos (-6,4 M€) e de recebimentos menores que os esperados relacionados com vendas e prestações de serviços -1,6 M€ (-3,7%) e com subsídios à exploração (-1,7 M€ de subsídio PART variável).

- O Capital próprio aumentou 146,9 M€ (+9,8%), face a 31 de dezembro de 2020, só possível por via das dotações de capital que se situaram em 192,5 M€. Em sentido contrário, registou-se uma redução significativa nos resultados transitados (-57,1 M€).

Face ao orçamento, regista-se um desvio desfavorável de 109,9 M€ (-6,2%), realçando-se a menor execução dos aumentos de capital (-59,9 M€) e das transferências/outras variações de capital próprio do Fundo Ambiental (-24,1 M€), POSEUR (-17,9 M€), bem como perdas atuariais de 8,2 M€.

- O Ativo aumentou 26,9 M€ (+0,5%), face a 31 de dezembro de 2020, salientando-se os adiantamentos relacionados com ILD (+38,0 M€) e outros créditos a receber (+47,5 M€)⁵, em conjugação com o recebimento do Fundo de Coesão de subsídios ao investimento (-26,5 M€)⁶ e o reconhecimento da variação do “mark-to-market” dos derivados relacionados com ILD (-20,5 M€).

Relativamente ao orçamento, verifica-se um desvio desfavorável de 70,8 M€ (-1,2%), salientando-se:

⁵ Justificado principalmente pelo valor da última prestação de contrato mútuo TREM II – 1.ª tranche, reconhecido em Devedores diversos – subsidiárias.

⁶ Para participação do projeto de expansão da linha Rato/Cais do Sodré.



- i) -53,0 M€ em investimento ILD (-43,1 M€ por atrasos nos projetos em curso⁷, -29,3 M€ pelo reconhecimento de subsídio do Fundo de Coesão em Outras variações de capital, -10,7 M€ do impacto da variação do “mark-to-market” dos derivados e +25,1 M€ relacionados com adiantamentos⁸);
- ii) -71,5 M€ em ativos fixos tangíveis ML (-82,6 M€ pela não regularização das amortizações acumuladas⁹ e +10,8 M€ de adiantamentos relacionados com investimentos em curso);
- iii) +30,0 M€ em participações financeiras, decorrente da mensuração, através do método de equivalência patrimonial, da participação financeira do TREM;
- O Passivo diminuiu 120,0 M€ (-2,9%), face a 31 de dezembro de 2020, situando-se em 4.071,7 M€, salientando-se as seguintes operações relacionadas com ILD: amortizações do financiamento BEI (-124,0 M€), variação do justo valor dos instrumentos financeiros relacionados (-99,6 M€), empréstimos da DGTF (+45,6 M€) e juros a liquidar (+35,5 M€).

Em relação ao valor orçamentado, regista-se um desvio desfavorável de 39,1 M€ (+1,0%), que resulta da conjugação, sobretudo, da flutuação de taxas de juro em instrumentos financeiros relacionados com as ILD (-39,8 M€), dos acréscimos de gastos (+35,3 M€), de um erro na preparação das demonstrações financeiras previsionais (+32,3 M€), da adaptação das necessidades financeiras (+14,4 M€), da reversão da provisão para as responsabilidades assumidas com o TREM (-15,5 M€).

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às obrigações legais¹⁰ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa sublinhar que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, foi aprovada a proposta de PAO para 2021 e foi concedida autorização para (i) a contratação de dez trabalhadores, devendo a empresa assegurar que o número de trabalhadores do final de 2021 não excede em mais de dez o verificado no final de 2020; (ii) o aumento dos gastos com pessoal até ao máximo de 4,3 M€, justificado pela integração dos trabalhadores da FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA (FERCONSULT), pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor e da atualização do Plano de Pensões; (iii) o aumento em 75 mil euros (m€) dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel; e (iv) o aumento do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 435 m€.

⁷ Essencialmente pelo atraso da consignação do lote 2 do projeto de expansão da linha Rato/Cais do Sodré.

⁸ Falta de estimativa e valor pago ao prestador de serviços do lote 2 do projeto de expansão da linha Rato/Cais do Sodré.

⁹ Quer pelo atraso no projeto de modernização (aquisição de UT e integração de CBTC nas carruagens existentes) e pela falta de estimativa do projeto como imobilizações em curso.

¹⁰ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021), e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019) e que se manteve aplicável e em vigor em 2021.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de Execução do PAO - 3º trimestre de 2021, importa salientar os seguintes aspetos¹¹:

- O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios¹² (98,6%) registou um desvio favorável em 4,6 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período, relevando que para o cálculo do referido rácio foram subtraídos gastos (0,7 M€) e foram somadas perdas (47,1 M€)¹³ justificadamente relacionados com a pandemia por COVID-19, bem como foram subtraídos os gastos decorrentes da integração dos trabalhadores da FERCONSULT¹⁴ (1,4 M€);
- Tendo em consideração os termos do Despacho de aprovação do PAO 2021, bem como as orientações emitidas sobre a matéria¹⁵, mais concretamente os limites fixados para determinadas rubricas de gastos, salienta-se que a respetiva execução no final do 3º trimestre, com exceção dos gastos com pessoal, ficou abaixo dos limites autorizados para o mesmo período, conforme se detalha:
 - i) os gastos com pessoal registados (62,7M€) representam um desvio desfavorável de 0,4 M€ (+0,6%) face ao orçamentado e aprovado para o período (62,4 M€) e representam um aumento de 2,5 M€ face ao período homólogo do ano anterior, este último decorrente da integração dos trabalhadores da FERCONSULT (1,4 M€), das novas contratações autorizadas no âmbito das aprovações dos PAO 2019 e 2020 (0,1 M€) e das progressões (0,9 M€);
 - ii) o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel ascendeu a 211,3 m€ o que corresponde a um desvio de -31,8% face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, pelo efeito da redução das deslocações de pessoal decorrente da situação pandémica;
 - iii) o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registou uma execução dentro dos limites orçamentados e aprovados para o período, assinalando-se que o desvio observado (-76,7%, -2,5 M€) decorreu dos atrasos nas contratações das assessorias para os projetos de expansão e modernização;
- No final do período registou-se um aumento líquido de 7 trabalhadores face a 31 de dezembro de 2020, tendo ocorrido 15 novas admissões¹⁶ e 8 saídas de trabalhadores, contabilizando-se, assim, um total de 1.520 trabalhadores (sem considerar os órgãos sociais);

¹¹ Estabelece o n.º 7 do artigo 158.º do DLEO 2019 (em vigor em 2021) que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.

¹² Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

¹³ Perdas de receita tarifária (bilhetes e passes) e não tarifária (venda e personalização de cartões, espaços comerciais e publicidade), de acordo com o orçamentado e aprovado para o período.

¹⁴ A integração, com efeitos a dezembro de 2020, foi autorizada por Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

¹⁵ Foram estabelecidas metas de manutenção/redução, face ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 e os executados em 2019, dos seguintes gastos: i) com pessoal; ii) com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel; e ii) com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

¹⁶ 2 novas admissões autorizadas pelo Despacho n.º 573/19-SET, de 28 de junho (PAO 2019); 5 novas admissões autorizadas pelo Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro (PAO 2020) e 8 novas admissões para substituição de saídas ocorridas a título definitivo.



- O endividamento cresceu 2,17% face a 31 de dezembro de 2020, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF, sublinhando-se que o crescimento registado no período representa uma ultrapassagem do limite de 2,07% aprovado no âmbito do PAO 2021 (para todo o ano);
- Através de Despacho¹⁷ da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria nos anos de 2020 e de 2021, exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado. No final do período a ML registava uma taxa de 93,3% de centralização dos saldos, junto do IGCP.

4 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA ML – 3º TRIMESTRE DE 2021

O CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 3º trimestre 2021, que se considera aqui como reproduzido, no qual são elencados os aspetos relevantes em termos de evolução face ao ano de 2020 (período homólogo em termos de resultados e a 31 de dezembro de 2020 quanto à situação patrimonial) e quanto aos desvios face ao previsto no orçamento.

5 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução da ML no período que terminou em 30 de setembro de 2021.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 3º trimestre de 2021 reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30 de setembro de 2021 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 29 de março de 2022.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

¹⁷ Despacho de 12 de novembro de 2020.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
3.º TRIMESTRE 2021

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 3.º trimestre de 2021 do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do 3.º trimestre de 2021, tendo por base a informação financeira e de gestão com referência a 30 de setembro de 2021, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2021, na versão revista em março de 2021 e aprovada por Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade, em 2 de julho 2021 e o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 3.º trimestre de 2021 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 30 de setembro de 2021 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de 9 meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanco:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório referente ao 3.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 30 de setembro com os valores orçamentados para o final do terceiro trimestre de 2021 e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do **Ativo** registou um desvio de -1,2% (-70,8 M€) face ao orçamentado, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 1,0% (-53,0 M€) da rubrica *Investimentos de infraestruturas de longa duração* (ILD) que se deveu, essencialmente, aos impactes das variações do “mark-to-market” dos derivados (-10,7 M€), à realização de investimento inferior ao previsto (-43,1 M€), à ausência de estimativa para os adiantamentos efetuados a fornecedores de investimentos (+25,1 M€) e ao reconhecimento dos subsídios ao investimento recebidos (-29,3 M€);
 - desvio desfavorável de 41,5% (-71,5 M€) na rubrica de *Ativos fixos tangíveis*, que se deveu à realização inferior ao previsto dos investimentos ML, com especial incidência no projeto de modernização das linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC), bem como à incorreta classificação contabilística, no orçamento, da última prestação do contrato de mútuo do TREM II, ACE – 1ª tranche, no montante de 52,8M€;
 - desvio favorável de 30,0 M€ ocorrido na rubrica *Participações financeiras*, resultante da mensuração, através do método de equivalência patrimonial, da participação financeira do TREM, ACE (vide explicação no ponto seguinte);
 - desvio desfavorável de 10,5% (-6,9 M€) na rubrica de *Outras contas a receber*, que se deveu mormente ao reconhecimento da perda por imparidade do valor residual do financiamento contraído pelo TREM, ACE, cujo pagamento, no montante de 50 M€, foi efetuado pelo ML na qualidade de fiador desse mesmo contrato de financiamento. Simultaneamente, o ML reverteu uma provisão - ajustada do valor contabilístico do material circulante de acordo com as políticas contabilísticas de depreciação do ML - reconhecida até então para cobrir as referidas responsabilidades, retomando assim a mensuração da participação financeira através do método da equivalência patrimonial que, no essencial, reflete o valor contabilístico do material circulante objeto de locação, de acordo com as políticas de depreciação do ML. De salientar ainda que o ML, na qualidade de fiador, no terceiro trimestre de 2021 também procedeu ao pagamento do valor residual do financiamento contraído pelo TREM II, ACE – 1.ª tranche, no montante de 52,8 M€; no entanto, esta operação ainda não teve o mesmo tratamento contabilístico que a operação idêntica



- ocorrida com o TREM, ACE mantendo-se registada na rubrica de *Outras contas a receber* sem qualquer perda por imparidade;
- desvio favorável de 32,9 M€ ocorrido na rubrica *Caixa e Depósitos bancários*, em consequência dos desvios ocorridos na execução dos projetos de investimentos subsidiados.
- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 6,2% (-109,9 M€) decorrente sobretudo do seguinte:
 - desvio desfavorável 59,9 M€ na rubrica *Capital realizado*, devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência da revisão pelo Estado das necessidades de financiamento;
 - desvio desfavorável de 20,1 M€, na rubrica *Outras variações no capital próprio* devido ao registo de perdas atuariais, e aos subsídios ao investimento que ainda não foram reconhecidos no capital próprio;
 - desvio desfavorável de 34,8 M€, na rubrica *Resultados transitados* devido ao registo do resultado líquido de 2020 inferior ao previsto; e
 - desvio favorável de 4,9 M€ no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte.
 - O total do **Passivo** registou um desvio desfavorável de 1,0% (39,1 M€) face ao orçamentado, que se deveu essencialmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 0,6% (17,7 M€) na rubrica *ILD* (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente), decorrente, fundamentalmente, em sentido positivo, da flutuação do “mark-to-market” dos derivados (-39,8 M€), do recebimento de subsídios ao investimento (-9,5 M€) e das provisões para processos judiciais em curso (-4,7 M€), e, em sentido negativo, dos acréscimos de gastos (35,3 M€), de um lapso na preparação das demonstrações previsionais (32,3 M€) e da obtenção de financiamentos da DGTF (4,3 M€).
 - desvio favorável de 27,8% (-15,5 M€) na rubrica *Provisões* devido à reversão da provisão para as responsabilidades assumidas com o TREM, ACE, conforme detalhado no ponto relativo à rubrica *Outras contas a receber*, acima;
 - desvio desfavorável de 1,85% (14,4 M€) na rubrica *Financiamentos obtidos* (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente da adaptação das necessidades de financiamento por decisão do detentor do capital; e
 - desvio desfavorável de 29,4% (15,2 M€) na rubrica *Outras contas a pagar* que se deveu, essencialmente, ao recebimento do subsídio ao investimento em sistemas de sinalização (14,3 M€) do Fundo Ambiental.



b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 3.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de setembro desse ano com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi de - 44,7 M€, o que equivale a uma melhoria de 0,7% em relação ao do período homólogo do ano anterior (-45,0 M€) e apresenta um desvio favorável de 9,9% (-4,9 M€) face ao orçamentado (-49,6 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: **i)** desvio desfavorável de 3,7% na rubrica *Vendas e prestações de serviços* (-1,6 M€), devido essencialmente à diminuição das receitas tarifárias em cerca de 1,5% face ao orçamentado, **ii)** desvio desfavorável de 10,7% na rubrica *Subsídios à exploração* (-1,7 M€) devido ao recebimento do subsídio “PART Variável” inferior ao estimado, e **iii)** desvio favorável de 21,2% na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* (6,4 M€), em consequência do abrandamento da atividade operacional.

Quanto à comparação com o período homólogo do ano anterior, destacamos em sentido negativo, a redução de 20,5 M€ verificado na rubrica ‘*Vendas e prestações de serviços*’, decorrente essencialmente da diminuição da procura motivada pela pandemia COVID-19 e consequente decréscimo das receitas tarifárias, e o incremento dos Gastos com Pessoal de 2,5 M€ motivado pelo aumento do efetivo e pela integração dos quadros da Ferconsult. Em sentido inverso, salienta-se o aumento da rubrica *Aumentos/reduções de justo valor* no montante de 8,2 M€, o aumento dos subsídios à exploração em 13,9 M€, o aumento nos ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em 0,5 M€ e o decréscimo da rubrica *Fornecimentos e serviços externos*, no montante 0,3M€.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 7 de fevereiro de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)